

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.827.784 - PR (2019/0213633-4)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**RECORRENTE : ITAU UNIBANCO S.A**  
**ADVOGADOS : EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS - PR024498**  
**CARLOS ALBERTO NEPOMUCENO FILHO - PR029774**  
**RECORRIDO : ELZA CESSSEL ORNELAS**  
**RECORRIDO : NAIR DE OLIVEIRA FERNANDES**  
**RECORRIDO : RITA SOARES DE OLIVEIRA NOVAIS**  
**RECORRIDO : MARIA FERREIRA DOS SANTOS**  
**RECORRIDO : DEUSDEDIT ACHILES CATABRIGA**  
**RECORRIDO : RAFAEL GONCALVES FILHO**  
**RECORRIDO : DULCE VERRI RIBEIRO**  
**RECORRIDO : JOSE CARLOS DA SILVA**  
**ADVOGADO : EDVAR MINGOTI JÚNIOR - PR044886**

## **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por **BANCO ITAÚ UNIBANCO S.A.**, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (fls. 145-146, e-STJ):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS DECORRENTES DO PLANO VERÃO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. INTIMAÇÃO RECEBIDA PELA GERENTE DO BANCO. VALIDADE. PLENA CIÊNCIA DO PROCESSO. IMPUGNAÇÃO NÃO APRESENTADA PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DENTRO DO PRAZO. CERTIFICADO O DECURSO DO PRAZO. AUTORIZAÇÃO DO JUIZ PARA PENHORA DOS VALORES NO CAIXA. MANIFESTAÇÃO DO BANCO TRÊS MESES DEPOIS, REQUERENDO A NULIDADE DA INTIMAÇÃO E RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO. RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO QUINQUENAL, COM DETERMINAÇÃO DE RESTITUIÇÃO DOS VALORES SACADOS PELOS AGRAVANTES. REITERADOS RECURSOS. RECONHECIDA A RENÚNCIA TÁCITA NESTE ACÓRDÃO. OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA. PARTES QUE NÃO PODEM TER SUAS CONTAS BLOQUEADAS EM FACE DE DECISÃO PROFERIDA MAIS DE UM ANO DEPOIS DE TEREM O LEVANTAMENTO DO VALOR AUTORIZADO. DECISÃO REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

Os embargos de declaração opostos foram acolhidos, sem efeitos infringentes, conforme ementa de fl. 240, e-STJ:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OMISSÕES. VÍCIOS VERIFICADOS. ALEGAÇÕES DE LITISPENDÊNCIA, PRECLUSÃO PRO JUDICATO E INTEMPESTIVIDADE POR AUSÊNCIA DE JUNTADA DE COMPROVAÇÃO DE FERIADO LOCAL. ANÁLISE. ARGUMENTOS AFASTADOS. ACÓRDÃO

# Superior Tribunal de Justiça

INTEGRALMENTE MANTIDO. EMBARGOS CONHECIDOS E ACOLHIDOS, SEM EFEITOS INFRINGENTES.

Nas razões do recurso especial (fls. 274-285, e-STJ), o recorrente aponta ofensa aos artigos 502, 505, *caput*, 1003, § 6º, do CPC/15; 882 do Código Civil.

Sustenta, em síntese: **a)** intempestividade do agravo de instrumento, alegando que a comprovação da ocorrência de feriado local deve ser feita no ato de interposição do recurso e que os agravantes não comprovaram o recesso do dia 13 de outubro de 2017; **b)** preclusão *pro judicato*, na medida em que a determinação para a devolução dos valores ocorreu em decisão anterior, transitada em julgado; **c)** violação à coisa julgada, ante a inexistência de pagamento de valores nos autos de origem, mas apenas de levantamento de valores depositados em garantia do juízo.

Contrarrazões às fls. 313-328, e-STJ.

Após decisão de admissibilidade do recurso especial (fls. 389-391, e-STJ), os autos ascenderam a esta egrégia Corte de Justiça.

É o relatório.

Decido.

A irresignação merece prosperar, em parte.

**1.** O recorrente aponta ofensa ao artigo 1003, § 6º, do CPC/15, sustentando a intempestividade do agravo de instrumento, sob o argumento de que a comprovação da ocorrência de feriado local deve ser feita no ato de interposição do recurso e os agravantes não comprovaram o recesso do dia 13 de outubro de 2017.

O Tribunal de origem, ao analisar a controvérsia, assim decidiu (fls. 149-150, e-STJ):

No que tange à tempestividade, verifica-se que foi expedida intimação em nome dos agravantes em 20/09/2017, tendo a leitura ocorrido em 02/10/2017. Assim, tem-se que o prazo para a interposição de agravo de instrumento teve início em 03/10/2017, **suspendeu-se nos dias 12/10/2017 e 13/10/2017 em razão do feriado da Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil e consequente recesso, e findou em 25/10/2017.**

(...)

O recurso foi interposto em 25/10/2017.

Tempestivo, portanto. [grifou-se]

Em sede de embargos de declaração, a Corte local pontuou (fl. 242, e-STJ):

O embargante sustenta que não houve comprovação de feriado local pelos agravantes, violando-se a regra do artigo 1003, § 6º, do Código de Processo Civil.

Sem razão.

O mencionado dispositivo assim dispõe:

"Art. 1.003. O prazo para interposição de recurso conta-se da data em que os advogados, a sociedade de advogados, a Advocacia Pública, a Defensoria Pública ou o Ministério Público são intimados da decisão.

§ 6º O recorrente provará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso".

**O feriado do dia 12 de outubro é consagrado à Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, sendo, portanto, nacional, conforme Lei Federal de nº 6.802, de 30 de junho de 1980.**

# Superior Tribunal de Justiça

**Desse modo, não há exigência de sua comprovação, visto que o artigo menciona apenas feriado local.**

**Considerado que o recesso é decorrente de feriado nacional, igualmente desnecessária a comprovação.**

No mais, no acórdão embargado consta claramente a demonstração de tempestividade do recurso. [grifou-se]

Denota-se, do aresto recorrido, que o Tribunal *a quo*, ao analisar a tempestividade do recurso, consignou que o prazo para a interposição do agravo de instrumento "suspendeu-se nos dias 12/10/2017 e 13/10/2017 em razão do feriado da Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil e consequente recesso" (fl. 149, e-STJ), e concluiu que "o feriado do dia 12 de outubro é consagrado à Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, sendo, portanto, nacional, conforme Lei Federal de nº 6.802, de 30 de junho de 1980", não sendo exigida sua comprovação, bem assim que "o recesso é decorrente de feriado nacional, igualmente desnecessária a comprovação" (fl. 242, e-STJ).

Acerca da tempestividade recursal na vigência do CPC/2015, a Corte Especial, ao apreciar o AgInt no AREsp 957.821/MS, consignou o seguinte: **a)** a comprovação do feriado local deve ocorrer no ato da interposição do recurso, nos termos do art. 1.003, § 6º, do CPC/2015; **b)** o § 3º do art. 1.029 do CPC/2015 somente permite a correção de vício de recursos tempestivos; **c)** a intempestividade é considerado vício grave, logo, **insanável**, motivo pelo qual é descabida a intimação da parte para sua regularização, o que torna inaplicável a disposição do art. 932, parágrafo único, do CPC/2015, a hipótese; **d)** a jurisprudência do STJ, firmada na égide do CPC/1973, que permitia a comprovação posterior do feriado local, não mais subsiste ao CPC/2015, ante a previsão expressa quanto a necessidade de comprovar o feriado no ato da interposição do recurso.

Por oportuno, confira-se a ementa do aludido *leading case*:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FERIADO LOCAL. COMPROVAÇÃO. ATO DE INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. 1. O propósito recursal é dizer, à luz do CPC/15, sobre a possibilidade de a parte comprovar, em agravo interno, a ocorrência de feriado local, que ensejou a prorrogação do prazo processual para a interposição do agravo em recurso especial. 2. O art. 1.003, § 6º, do CPC/15, diferentemente do CPC/73, é expresso no sentido de que "o recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso". 3. Conquanto se reconheça que o novo Código prioriza a decisão de mérito, autorizando, inclusive, o STF e o STJ a desconsiderarem vício formal, o § 3º do seu art. 1.029 impõe, para tanto, que se trate de "recurso tempestivo". 4. A intempestividade é tida pelo Código atual como vício grave e, portanto, insanável. Daí porque não se aplica à espécie o disposto no parágrafo único do art. 932 do CPC/15, reservado às hipóteses de vícios sanáveis. 5. Seja em função de previsão expressa do atual Código de Processo Civil, seja em atenção à nova orientação do STF, a jurisprudência construída pelo STJ à luz do CPC/73 não subsiste ao CPC/15: ou se comprova o feriado local no ato da interposição do respectivo recurso, ou se considera intempestivo o recurso, operando-se, em consequência, a coisa julgada. 6. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 957.821/MS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Rel. p/ Acórdão Ministra NANCY ANDRIGHI, CORTE ESPECIAL, julgado em

# Superior Tribunal de Justiça

20/11/2017, DJe 19/12/2017)

Nesse sentido, ainda, os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTEMPESTIVIDADE. FERIADO LOCAL. SUSPENSÃO DO EXPEDIENTE. NÃO COMPROVAÇÃO. 1. Ação de obrigação de fazer, de não fazer e indenização por danos materiais e compensação por danos morais 2. O art. 1.003, § 6º, do CPC/15, estabelece que o recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso. 3. Considerando que o recurso especial foi interposto sob a égide do novo regramento processual e deixando o agravante de comprovar a ocorrência de feriado local quando de sua interposição, não há como ser afastada a intempestividade do recurso. 4. Agravo interno no agravo em recurso especial não provido. (AgInt no AREsp 1.440.729/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 17.06.2019, DJe 19.06.2019) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. INTEMPESTIVIDADE. RECURSO ESPECIAL. FERIADO LOCAL. EXPEDIENTE FORENSE. SUSPENSÃO. COMPROVAÇÃO POSTERIOR. IMPOSSIBILIDADE. ART. 1.003, § 6º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. NOVO REGRAMENTO PROCESSUAL EXPRESSO. MULTA. CONFIGURAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. DESCABIMENTO. 1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ). 2. É intempestivo o recurso especial interposto após o prazo de 15 (quinze) dias previsto nos arts. 219 e 1.003, § 5º, do Código de Processo Civil de 2015. 3. A partir da redação do art. 1.003, § 6º, do CPC/2015, conclui-se que eventual documento idôneo apto a comprovar a ocorrência de feriado local ou a suspensão do expediente forense deve ser colacionado aos autos no momento de sua interposição, para fins de aferição da tempestividade do recurso. Precedente da Corte Especial. 4. A interpretação literal da norma expressa no § 6º do art. 1.003 do CPC/2015, de caráter especial, sobrepõe-se a qualquer interpretação mais ampla que se possa conferir às disposições de âmbito geral insertas nos arts. 932, parágrafo único, e 1.029, § 3º, do citado diploma legal. 5. O mero inconformismo com a decisão agravada não enseja a necessária imposição da multa prevista no § 4º do art. 1.021 do CPC/2015 quando não configurada, por decisão unânime do colegiado, a manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso. 6. Na hipótese, não há falar em litigância de má-fé, pois a parte interpôs recurso legalmente previsto no ordenamento jurídico, sem abusar do direito de recorrer, pelo que não se verifica afronta ou descaso com o Poder Judiciário. Precedente. 7. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1.278.665/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 08.10.2018, DJe 15.10.2018) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTEMPESTIVIDADE. SUSPENSÃO DE PRAZOS PROCESSUAIS NO TRIBUNAL DE ORIGEM. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO NO

# Superior Tribunal de Justiça

MOMENTO DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO ESPECIAL. DEMONSTRAÇÃO POSTERIOR DA SUSPENSÃO. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DO NOVO CPC. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. 1. O art. 1.003, § 6º, do CPC/2015 estabelece que o recorrente provará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso, o que impossibilita a regularização posterior. 2. Considerando que recurso especial foi interposto sob a égide do novo CPC e deixando a parte agravante de comprovar a ocorrência de feriado local no momento de sua interposição, não há como ser afastada a intempestividade do recurso. 3. Consoante orientação do STJ, "a ocorrência de feriado local, recesso, paralisação ou interrupção do expediente forense deve ser demonstrada por documento oficial ou certidão expedida pelo Tribunal de origem, não bastando a mera menção nas razões recursais" (AgInt nos EDcl no AREsp 1.433.042/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 25/06/2019, DJe 28/06/2019). 4. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 1.444.176/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/09/2019, DJe 27/09/2019) [grifou-se]

Com efeito, nos termos do entendimento deste Tribunal Superior, a ocorrência de feriado local, recesso, paralisação ou interrupção do expediente forense deve ser comprovada no ato da interposição do recurso e demonstrada por documento oficial ou certidão expedida pelo Tribunal de origem, não bastando a mera menção nas razões recursais.

Desse modo, o entendimento do Tribunal *a quo*, ao entender desnecessária a comprovação do recesso forense pela parte agravante, destoa da jurisprudência desta Corte Superior sobre a matéria, merecendo prosperar a irresignação do recorrente, no ponto, para determinar o retorno dos autos à origem a fim de que o Tribunal analise a tempestividade do agravo de instrumento de acordo com as regras previstas no CPC/15 e com a orientação do STJ.

**2.** Do exposto, com fulcro no artigo 932 do NCPC c/c Súmula 568 do STJ, **dou parcial provimento** ao recurso especial a fim de determinar o retorno dos autos à Corte de origem para que analise a tempestividade do agravo de instrumento de acordo com as regras previstas no CPC/15, nos termos da fundamentação supra.

Restam prejudicadas as demais matérias arguidas nas razões do reclamo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator